



CAPÍTULO 2

CAPÍTULO 2 - CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO DO PATRIMÔNIO DO IPHAN

Raphael Bahia do Carmo⁸

Carlos Thiago Teixeira⁹

Rayssa Gomes Macedo Silva¹⁰

2.1 – INTRODUÇÃO

O Centro de Documentação do Patrimônio (CDP) do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) é uma unidade especial que se dedica a salvaguarda e gestão da memória institucional do Instituto, bem como atua no auxílio a arquivos público, comunitários, eclesiásticos, entre outros, responsáveis pela preservação do patrimônio documental por eles produzido e acumulado. Sua criação em 2017, a partir da reestruturação da Coordenação de Documentação e Informação (CODIN), conferiu novo status e atribuições estratégicas à unidade,

⁸ Diretor CDP/Iphan, doutorando, UNESP, raphael.carmo@iphan.gov.br.

⁹ Chefe da Divisão de Tratamento Documental, Especialista em Gestão de Documentos e Informações, carlos.teixeira@iphan.gov.br.

¹⁰ Arquivista do Iphan, Especialista em Gestão de Documentos, rayssa.macedo@iphan.gov.br.

que desde sua constituição, foi responsável pela custódia, preservação e difusão de acervos arquivísticos e bibliográficos de relevância nacional.

Este estudo tem como objetivo analisar o processo de institucionalização do CDP, examinando três dimensões: (1) as transformações administrativas e estruturais ocorridas desde sua criação; (2) os desafios enfrentados no âmbito da gestão documental e do financiamento de projetos; e (3) as novas diretrizes implementadas a partir de 2024, que reorientaram sua atuação para uma perspectiva mais articulada com as demandas sociais. A análise considera ainda as iniciativas recentes do Centro, como o programa *Docvisitas* e o *CDP Convida*, que exemplificam essa reconfiguração de funções.

Metodologicamente, a pesquisa baseia-se em documentos institucionais, e registros administrativos disponíveis para acesso público por meio do Sistema Eletrônico de Informações (SEI) do Iphan, complementados por livros e artigos, que dialogam com a arquivologia e os arquivos patrimoniais. O recorte temporal abrange o período 2016-2025, representando tanto a fase de estruturação inicial quanto o recente processo de redefinição de ações desenvolvidas pelo CDP.

A estrutura do trabalho segue uma abordagem cronológico-temática, iniciando pela análise do processo de criação e consolidação institucional do CDP, passando pelos desafios de sua implementação, até alcançar as atuais iniciativas que reposicionam o Centro como espaço de mediação entre acervos e sociedade. Por fim, são tecidas considerações sobre o potencial do CDP como instrumento de democratização do acesso à informação patrimonial e de fortalecimento da cidadania cultural.

2.2 - TRANSFORMAÇÕES ADMINISTRATIVAS: A CRIAÇÃO CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO DO PATRIMÔNIO

Este capítulo tem como objetivo apresentar um breve histórico do CDP e analisar o seu processo de estruturação enquanto unidade especial do Iphan, tomando como recorte os eventos que consideramos de relevância ocorridos a partir do ano de 2016.

Neste sentido, mencionamos a criação do Departamento de Cooperação e Fomento (DECOF) em 2017, unidade que absorveu a maior parte das competências do extinto Departamento de Articulação e Fomento (DAF). Naquele contexto, as atribuições relacionadas à gestão documental e informacional eram de responsabilidade da CODIN, sediada em Brasília e subordinada à Coordenação-Geral de Pesquisa e Documentação (COPEDOC), localizada no Rio de Janeiro.

À CODIN cabia, em linhas gerais, a coordenação das políticas de gestão de documentos e informações, além da elaboração de diretrizes para as áreas de arquivo e biblioteca, que eram posteriormente disseminadas às superintendências regionais e demais unidades especiais do instituto.

Com a criação do DECOF, consolidou-se uma nova configuração administrativa na qual a CODIN foi elevada ao status de unidade especial, transcendendo suas funções originais. Essa transformação institucional ampliou seu escopo de atuação: além de gerenciar a documentação e informação do Iphan, o agora denomi-

nado CDP se volta para a gestão da informação e do conhecimento institucional e democratização do acesso aos acervos documentais referentes ao patrimônio cultural brasileiro.

Internamente, o CDP herdou a estrutura divisional da extinta CODIN, composta originalmente pela Divisão de Gestão Documental (DIVGED), Divisão de Tratamento Documental (DIVDOC) e Divisão de Conservação de Documentos (DIVCON). Durante o processo de consolidação das competências do DECOF, a equipe do CDP empenhou-se em articular as atividades dessas três divisões com os trabalhos desenvolvidos pelos principais órgãos de documentação do Iphan, incluindo o Arquivo Central de Brasília, a Biblioteca Aloísio Magalhães, o Arquivo Central do Rio de Janeiro, a Biblioteca Noronha Santos e o Núcleo de Conservação de Documentos do Rio de Janeiro¹¹.

Atualmente, o CDP apresenta uma estrutura reorganizada, com duas divisões sediadas em Brasília – a Divisão de Tratamento Documental (DTD), responsável pela Gestão Negocial do SEI e pelo Arquivo Central Seção-Brasília e a Divisão de Gestão Documental (DGD), responsável pela Biblioteca Aloísio Magalhães, Biblioteca Digital do Iphan e pelo Catálogo Pergamum – e uma Chefia de Serviço responsável pelo Arquivo Central - Seção Rio de Janeiro e Biblioteca Noronha Santos (Iphan, 2023).

Essa configuração reflete um processo de adaptação institucional que preservou as competências essenciais da estrutura anterior e fez parte do processo de consolidação do CDP como unidade especial do Iphan, dotada de autonomia

¹¹ Informações sobre as mudanças administrativas no Iphan disponíveis no **Ofício** Nº 20/2019/ACI-BSB/DIVGED/CDP/DECOF-Iphan, acessível no módulo de consulta pública no SEI do Instituto.

gerencial e capacidade estratégica para atuar não apenas com um olhar voltado para as questões internas, mas com uma visão ampla da função social dos arquivos e bibliotecas e do potencial do CDP como ator na democratização do acesso à informação sobre os arquivos patrimoniais e na preservação do patrimônio documental. Neste sentido, o CDP auxilia na preservação de memórias e na construção de bases para o desenvolvimento da sociedade. Sobre isso, Bellotto (2014) comenta que:

A preservação do patrimônio cultural significa a preservação da memória de toda uma sociedade que tenha produzido e acumulado aquele patrimônio, que é a soma de todos os saberes, fazeres, comportamentos e experiências que, a partir dos seus objetos, registros e produtos concretos, foram produzidos no evoluir dessa sociedade (Bellotto, 2014, p. 135).

Ressaltamos ainda que é papel do Estado brasileiro, de acordo com a constituição de 1988 no art. 215 “defesa e valorização do patrimônio cultural brasileiro” bem como que a Lei 8.159/1991 elenca que “é dever do Poder Público a gestão documental e a de proteção especial a documentos de arquivos, como instrumento de apoio à administração, à cultura, ao desenvolvimento científico e como elementos de prova e informação”, diretrizes às quais o CDP se alinha no desenvolvimento de suas atividades.

2.3 – OS DESAFIOS ENFRENTADOS: O EXERCÍCIO DE PLANEJAR E EXECUTAR

Centros de Documentação e Centros de Memória carregam consigo a característica de serem híbridos, isto é, abrigarem documentos ligados aos arquivos, bibliotecas e museus, com o objetivo de preservação da memória. Bellotto, ao abordar a respeito da remontagem da memória, diz que “não custa reiterar que sua espinha dorsal é o arquivo. Não é preciso referenciar todos os seus documentos de valor permanente, podendo, de outra parte, constar os que não são de valor permanente, mas que possam fornecer dados significativos” (Bellotto, 2004, p. 277).

Neste sentido, percebemos que os Centros de Documentação são imbuídos de uma “aura simbólica” conforme Nora apresenta:

mesmo um lugar de aparência puramente material, como um depósito de arquivos, só é lugar de memória se a imaginação o investe de uma aura simbólica. Mesmo um lugar puramente funcional, como um manual de aula, um testamento, uma associação de antigos combatentes, só entra na categoria se for objeto de um ritual. Mesmo um minuto de silêncio, que parece o exemplo extremo de uma significação simbólica, é ao mesmo tempo o recorte material de uma unidade temporal e serve, periodicamente, para uma chamada concentrada da lembrança (Nora, 1993, p. 21).

Preservar, dar tratamento técnico e difundir os acervos sob sua guarda, dando acesso a informações e documentos é o cerne das atividades dos centros de documentação e impacta sobremaneira na construção do conhecimento no âmbito de seus espaços de atuação.

No contexto de criação do CDP, houve um processo de estudos e aprimoramento para se desenhar qual seria o papel do CDP no contexto institucional e nacional. Neste âmbito foi promovido um Workshop Internacional, realizado em Brasília entre os dias 13 e 14 de outubro de 2016. O evento contou com a participação de duas especialistas do Instituto Andaluz de Patrimônio Histórico (IAPH), além de técnicos do Iphan, em especial arquivistas e bibliotecários. Iniciativa que proporcionou um importante intercâmbio de experiências entre as instituições, contribuindo para a reflexão sobre os desafios e expectativas relacionados ao que se pensava na época, como propósito do CDP (Iphan, 2016).

Buscando alinhar as ações às necessidades institucionais do Iphan, estabeleceu-se uma parceria com a Organização dos Estados Ibero-americanos (OEI), visando auxiliar na estratégia de estruturação e consolidação do Centro. Diversas reuniões foram realizadas entre as instituições, resultando na produção de documentos técnicos e planilhas que delineavam as diretrizes iniciais para o CDP. Dentre os encaminhamentos discutidos, destacou-se a possibilidade de formalização de um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), no valor de R\$ 13 milhões, destinado a viabilizar um projeto de longo prazo (Iphan, 2018).

Em colaboração com a Coordenação-Geral de Cooperação Internacional (COGE-CINT), o CDP elaborou um cronograma físico-financeiro detalhado, com duração

de quatro anos, cujo objetivo era assegurar a criação, implementação e operacionalização completa do Centro. O plano estabelecia metas específicas para cada etapa, prevendo, ao final do período, a entrega de uma estrutura plenamente funcional, capaz de atender às demandas de gestão documental e difusão do patrimônio documental. Essa iniciativa refletia o compromisso do Iphan em consolidar o CDP como uma unidade estratégica, dotada de autonomia técnica para gerir e democratizar o acesso ao seu acervo.

Posteriormente, verificou-se a inviabilidade do valor originalmente previsto no Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), o que demandou uma significativa reformulação do projeto. O orçamento, inicialmente estimado em R\$ 13 milhões, foi reduzido para R\$ 2 milhões, exigindo um redimensionamento de escopo que priorizasse entregas e etapas consideradas estratégicas para a consolidação do Centro de Documentação do Patrimônio (Iphan, 2019). Essa versão adaptada do projeto, manteve a estrutura de cronograma físico-financeiro, porém com foco em atividades essenciais para a efetivação das competências centrais do CDP.

Diante das limitações orçamentárias e da não concretização do TAC, explorou-se alternativa junto ao Fundo de Direitos Difusos do Ministério da Justiça. Contudo, com dotação ainda mais modesta que a do segundo TAC, a proposta restringiu-se à criação de um repositório institucional digital, destinado ao armazenamento e disponibilização de publicações e documentos bibliográficos e arquivísticos do Iphan. Essa iniciativa, entretanto, não logrou êxito (Iphan, 2019).

Nos anos subsequentes, observaram-se progressos significativos, com especial destaque para as ações desenvolvidas no âmbito das bibliotecas. Dentre esses

avanços, cabe mencionar: (1) a criação e posterior formalização, através de portaria institucional, da Rede de Bibliotecas do Iphan¹²; (2) a aquisição e implementação do sistema Pergamum - plataforma integrada de gestão e difusão de acervos bibliográficos - disponibilizado para todas as superintendências regionais e unidades especiais¹³; e (3) o desenvolvimento da Biblioteca Digital do Iphan, projeto realizado em parceria estratégica com o Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (Ibict)¹⁴.

No que diz respeito aos arquivos, durante alguns anos as iniciativas se voltaram para questões internas do Instituto, ligadas principalmente a: (1) gestão de documentos, identificação, classificação e avaliação de documentos de Sede; (2) gestão negocial do SEI, parametrizando o sistema arquivisticamente; (3) atendimentos aos usuários, principalmente pesquisadores com interesse nas diversas áreas que se conectam com o patrimônio; (4) registro nos livros de tombo, formalização do tombamento de bens materiais; (5) assessoria técnica, neste momento, voltada para as superintendências e unidades especiais do Iphan.

¹² Informações sobre a rede de bibliotecas disponíveis em: <https://www.gov.br/iphan/pt-br/unidades-especiais/centro-de-documentacao-do-patrimonio/rede-de-bibliotecas>. Acesso em: 12 set. 2025.

¹³ Informações sobre o *pergamum*, disponíveis em : <https://www.gov.br/iphan/pt-br/unidades-especiais/centro-de-documentacao-do-patrimonio/pergamum>. Acesso em: 12 set. 2025.

¹⁴ Informações sobre a BD do Iphan disponíveis em: <https://bibliotecadigital.iphan.gov.br/home>. Acesso em: 12 set. 2025.

2.4 – CDP: NOVAS DIRETRIZES

Com a posse de nova diretoria em meados de 2024, o CDP do Iphan passou por uma significativa reorientação em sua atuação, marcada pela incorporação de novas iniciativas que visam:

1. Ampliação do diálogo social - Implementação de estratégias mais efetivas de interação com diversos públicos
2. Valorização da função sociocultural dos arquivos - Ênfase no papel dos documentos como instrumentos de cidadania
3. Democratização do acesso - Desenvolvimento de novas formas de aproximação entre a comunidade e o acervo patrimonial (Iphan, 2025).

É importante ressaltar que os centros de documentação cumprem uma função social, que vai além do mundo acadêmico, muito importante para a preservação da memória e construção de identidades. Neste sentido (Merlo, 2020, p.66), dispõe que “reside aí função social do arquivo, ser um canal de preservação da memória, divulgação de documentos e informações essenciais para construção e manutenção de uma sociedade mais justa e democrática”. Entre as ações desenvolvidas pelo Centro de Documentação do patrimônio, destacamos:

1. O programa *Docvisitas*: que oferece visitas mediadas mensais fixas e agendadas sob demanda ao Arquivo Central do Iphan – Seção Brasília e

Biblioteca Noronha Santos. Estas visitas temáticas utilizam o acervo documental do Iphan como base para contar histórias sobre bens culturais registrados, explicar os processos de trabalho da instituição e demonstrar as atividades técnicas realizadas pelos profissionais do CDP¹⁵. As visitas são estruturadas para proporcionar uma experiência educativa e interativa, nas quais os participantes podem conhecer de perto como os arquivistas e bibliotecários trabalham no tratamento, organização e disponibilização dos documentos. Cada visita aborda um tema específico, criando conexões entre os acervos e a história do patrimônio cultural brasileiro.

- 2.** O programa cumpre um importante papel na democratização do acesso à informação, permitindo que diferentes públicos - desde estudantes até pesquisadores e interessados em patrimônio cultural - compreendam o valor dos documentos preservados e o trabalho técnico envolvido em sua gestão. As visitas sob demanda podem ser adaptadas para atender às necessidades específicas de grupos, tornando a experiência mais relevante para cada público.
- 3.** O projeto *CDP Convida*: iniciativa de capacitação promovida pelo Centro de Documentação do Patrimônio do Iphan, que busca ampliar o acesso ao conhecimento em arquivologia e arquivos patrimoniais, oferecendo cursos e oficinas gratuitos em formato híbrido ou virtual, ministrados por renomados especialistas da área. O objetivo central do *CDP Convida* é criar espaços de formação e troca de experiências, nos quais profissionais do Iphan, pesquisadores e o público em geral possam adquirir e

¹⁵ Informações sobre ação do *Docvisitas* disponível em: <https://www.gov.br/iphant/pt-br/assuntos/noticias/iphant-promove-visita-mediada-ao-seu- arquivo-central-em-brasilia>. Acesso em: 12 set. 2025.

compartilhar conhecimentos técnicos sobre organização, preservação e difusão de acervos documentais. Os temas abordados são variados, indo desde noções básicas de arquivologia até questões mais complexas.¹⁶

4. *O Sistema de Arquivos do Iphan:* representa um projeto estratégico para a organização, normatização e integração das atividades arquivísticas em toda a estrutura do Instituto, abrangendo suas superintendências regionais, unidades especiais e sede. A iniciativa tem como objetivo principal estabelecer diretrizes comuns, promover a gestão documental unificada e garantir a preservação e acesso ao patrimônio arquivístico sob custódia do Iphan. Neste contexto, as superintendências e unidades especiais, operacionalizam as diretrizes advindas do órgão central do sistema, que foram anteriormente debatidas e elaboradas em conjunto com seus membros, adaptando-as quando necessário às especificidades regionais, porém sempre em conformidade com os princípios estabelecidos. Resalta-se que o Sistema de Arquivos do Iphan é composto por representantes das Superintendência e Unidades Especiais do Iphan (Iphan, 2025).

¹⁶ Informações sobre ação do CDP convida disponível em: <https://www.gov.br/iphan/pt-br/assuntos/noticias/iphan-abre-inscricoes-para-minicurso-sobre-a-gestao-de-documentos-a-luz-do-direito>. Acesso em: 12 set. 2025.

5. Missões Arquivísticas do Iphan – consiste em ações de assessoria técnica voltadas para arquivos municipais e estaduais, instituições comunitárias detentoras de acervos históricos, movimentos sociais e organizações da sociedade civil com arquivos memoriais, além de centros de documentação. Este trabalho tem impacto direto na preservação da memória coletiva regional e na qualificação profissional dos gestores destes acervos.

As ações desenvolvidas abrangem três eixos principais de atuação: (1) No âmbito da elaboração de projetos, as equipes técnicas do Iphan prestam auxílio na criação e organização de arquivos, e desenvolvem projetos específicos para conservação e digitalização de acervos. Este suporte é especialmente valioso para instituições com recursos limitados; (2) No campo da capacitação profissional, as Missões Arquivísticas realizam treinamentos especializados para gestores e técnicos, ministram oficinas práticas sobre organização, descrição e preservação documental, e promovem eventos para difusão de conhecimentos em arquivologia. Estas atividades são adaptadas às necessidades específicas de cada região ou instituição atendida. (3) A articulação institucional constitui o terceiro pilar de atuação, no qual o Iphan atua como mediador para estabelecer parcerias entre arquivos, bibliotecas e universidades, apoia a integração de acervos em redes de informação e pesquisa, e fomenta a cooperação técnica entre diferentes instituições de memória.

Ressaltamos que essa iniciativa busca contribuir para a preservação do patrimônio arquivístico brasileiro, fomentando seu acesso e utilização pela sociedade.¹⁷

2.5 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise da trajetória do CDP do Iphan entre 2016 e 2024 revela o seu processo de amadurecimento institucional, marcado por desafios estruturais, reformulações e uma progressiva ampliação de seu escopo de atuação. Os documentos examinados demonstram que, embora a unidade tenha enfrentado limitações orçamentárias e necessidades de readequação de projetos, consolidou-se como ator importante para a preservação e difusão dos arquivos patrimoniais, assumindo um papel ativo na mediação entre documentos e sociedade.

As iniciativas implementadas a partir de 2024 - particularmente os programas e as ações de democratização do acesso - representam um ponto de inflexão na atuação do CDP. Projetos como o *Docvisitas*, e o *CDP Convida* evidenciam uma clara intencionalidade em transformar os acervos e o saber arquivístico em ferramentas pedagógicas e instrumentos de construção identitária, alinhando-se às diretrizes contemporâneas de arquivologia social.

Este estudo permitiu identificar três principais contribuições do CDP para a política patrimonial brasileira:

¹⁷ Informações sobre assessorias técnicas do Iphan disponíveis em: <https://www.gov.br/iphan/pt-br/assuntos/noticias/centro-de-documentacao-do-patrimonio-oferece-assessoria-tecnica-para-arquivos-publicos-e-comunitarios>. Acesso em: 12 set. 2025.

- 1. Institucional:** a criação de um Sistema de Arquivos que possibilita avanços e uma gestão documental unificado para o Iphan;
- 2. Social:** o desenvolvimento de ações de aproximação entre acervos e diversos públicos;
- 3. Epistemológico:** a valorização dos documentos arquivísticos como fontes primárias para a compreensão da formação cultural brasileira.

Persistem, contudo, desafios a serem superados, especialmente no que tange à garantia de recursos estáveis para a preservação de acervos e difusão de acervos.

Por fim. O caminho percorrido pelo Centro nos últimos anos aponta para uma promissora convergência entre preservação da memória e transformação social, reafirmando a importância estratégica da documentação patrimonial para o país.

REFERÊNCIAS

BELLOTO, H. L. **Arquivos Permanentes**: tratamento documental. 2. ed. rev. e aum. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

BELLOTO, H. L. **Arquivo**: estudos e reflexões. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 2014.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. **Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991**. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. Brasília, 1991. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8159.htm. Acesso em: 01 set. 2019.

Iphan. **Anexo I - Relatoria Workshop Internacional IAPH**. Brasília, DF, 2016.

Iphan. **Anexo II - Tabela 5W2H OEI**, Brasília, DF, 2018.

Iphan. **Anexo III - Projeto CDP OEI**, Brasília, DF, 2018.

Iphan. **Anexo IV - Projeto Iphan x OEI**, Brasília DF, 2018.

Iphan. **Anexo V - Projeto Iphan x OEI 2**, Brasília, DF, 2018.

Iphan. **Anexo VI - Perspectivas e desafios CDP**, Brasília, DF, 2018.

Iphan. Lista de Projetos e Ações CDP 2025, Brasília, DF, 2025.

Iphan. **Ofício N° 20/2019/ACI-BSB/DIVGED/CDP/DECOF-Iphan**, Brasília. DF, 2019.

Iphan. Panfleto. **Iphan e Municípios: em defesa do Patrimônio Cultural Brasileiro**. Brasília, DF. 2025.

Iphan. **Portaria n.14 , de 12 de dezembro de 2023**. Aprova o Regimento Interno do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e dá outras providências. Brasília, DF: 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/iphant/centrais-de-conteudo/legislacao/atos-normativos/2023/portaria-no-iphant-no-141-de-12-de-dezembro-de-2023>. Acesso em: 10 de fevereiro de 2025.

MERLO, Evelyn. **A função Social dos Arquivos de Polícias Políticas**: usos e ressignificações. 2020. Dissertação (mestrado) – Escola de Ciências Sociais da Fundação Getúlio Vargas, Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais. Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/30103>. Acesso em: 03 de abr. 2025.

NORA, Pierre. **Entre Memória e História**: a problemática dos lugares. **Projeto História**, São Paulo, dez. 1993.

Como citar o capítulo: CARMO, Raphael Bahia do; TEIXEIRA, Carlos Thiago; SILVA, Rayssa Gomes Macedo. Centro de documentação do Patrimônio do Iphan. *In*: CARMO, Raphael Bahia do; PEREIRA, Fernando de Jesus; SOUZA, Odilé Viana de (org.). **Vivências da área de documentação do Iphan**. Brasília, DF: Editora Ibiti, 2025. Cap. 2, p. 22-39. DOI: 10.22477/9788570132472.cap2.